



A emergência da Museologia Social

Inês Gouveia¹
Marcelle Pereira²

-
- 1 Articuladora da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ). Doutoranda em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/UNIRIO-MAST). E-mail: inescgouveia@gmail.com.
 - 2 Professora de Museologia na Universidade Federal de Rondônia. Doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Lisboa, Portugal. E-mail: marcellepereira07@gmail.com

RESUMO

O artigo trata da correspondência entre as políticas de cultura e a museologia social no Brasil. Situa essa perspectiva de museologia e contextualiza como a função social dos museus foi incorporada na elaboração de marcos políticos e legais, desde a Política Nacional de Museus (PNM) em 2003. Destaca o Programa Pontos de Memória como uma ação concreta correspondente à museologia social, que oportunizou o desenvolvimento de redes. Insere nesse panorama a trajetória da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ) e considera que a participação da sociedade civil foi um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento das políticas públicas nos últimos 13 anos.

Palavras-chave: *Museologia social. Política de museus. Participação social. Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.*

ABSTRACT

This paper is about the correspondence between the culture policies and the social museology in Brazil. It situates this perspective of museology and contextualizes as the social role of museums has been incorporated in the development of political and legal landmarks, from the National Museums Policy in 2003. There is an emphasis in the Memory Points Program as a concrete action corresponding to the social museology, which backed the development of networks. Inserts in this panorama Social Museology Network trajectory of Rio de Janeiro and considers that the participation of civil society was one of the fundamental aspects for the development of public policies in the last 13 years.

Keywords: *Social Museology. Museums Policy. Social participation. Social Museology Network of Rio de Janeiro.*

INTRODUÇÃO

O setor de museus no Brasil teve uma ampliação recente à semelhança de outros campos da cultura. São mudanças decorrentes das políticas pioneiras desenvolvidas a partir de 2003, com o desafio de superar um passado de ausência, autoritarismo e instabilidade na cultura, conforme afirma Antônio Albino Canelas Rubim (2008). Trata-se de um processo que no campo museológico pode ser observado por meio da criação da Política Nacional de Museus (PNM) e, a partir daí, pelo Estatuto de Museus e Plano Nacional Setorial, respectivamente em 2003, 2009 e 2010³. Afirmam uma correspondência entre os museus brasileiros e o Estado, no sentido de definir idealmente um perfil de serviços que essa instituição deve prestar ao conjunto da sociedade. São marcos legais e políticos inéditos no Brasil. Tratam do direito à memória, à cultura e à diversidade cultural ao mesmo tempo que falam de acervo, público, prédio, exposição e segurança. Essa política trouxe condições favoráveis para que a museologia social passasse a fazer parte do repertório das políticas de cultura, aproximando

.....
3 O Estatuto de Museus foi regulamentado pelo Decreto presidencial n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013.

o Estado e sociedade civil para debaterem memória e patrimônio cultural. A esse respeito, vamos identificar aquilo que nominamos como museologia social, observar como essa noção aparece nos marcos recentes para o campo museológico e apresentar a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ) como expressão desse processo.⁴

A FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS

A museologia social se filia ao movimento de crítica à capacidade de representação dos museus tradicionais, que teve expressão dentro e fora da área a partir da década de 1960. Essas críticas tiveram, por exemplo, destaque nas pesquisas de Pierre Bourdieu (2007) e em sua elaboração sobre os campos culturais. Ao pesquisar a frequência aos museus de arte na Europa, o autor evidenciou que o público praticamente se restringia à determinados perfis sociais: uma elite intelectual, econômica e essencialmente urbana. Na perspectiva da sua pesquisa, as instituições estavam abertas apenas as pessoas que dispunham previamente de um capital cultural correspondente àquilo que estava sendo oferecido pelos museus. Ainda que a gratuidade do ingresso levasse a crer que as instituições fossem para o público em geral, o hábito da visita mostrava o contrário. Nas questões internas do campo, o deslocamento da capacidade de representação dos museus pode ser percebido pela criação da ideia de ecomuseu, por Hugues de Varine e Georges Henri Rivière, na França em 1971. Pensado como um museu para ser experimentado, diz respeito à possibilidade de um grupo de pessoas (uma comunidade, vizinhança, bairro) ser responsável pela escolha e gestão de seu patrimônio, em favor da manutenção do território. A noção de ecomuseu é considerada pelos seus autores e correspondentes

.....
4 Essa análise se realiza pela experiência do exercício profissional no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) (relativa ao desenvolvimento do Programa Pontos de Memória entre outras coisas), na articulação junto a movimentos sociais que realizamos desde 2009 e pela reflexão suscitada a partir da bibliografia referida neste artigo.

como “evolutiva”, por admitir uma mudança processual que espelha a prática. A definição visa uma síntese e não uma norma.⁵ A experiência dos ecomuseus foi considerada pela museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (GUARNIERI, 2010) como a maior inovação da Museologia contemporânea nos anos 1980. No Brasil, com a influência direta de Hugues de Varine foram criados ecomuseus a partir de 1990, a exemplo do Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Outro importante registro sobre o deslocamento do sentido tradicional de museu se tem com a Mesa Redonda de Santiago, no Chile em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), onde se debateu a relação entre museu e desenvolvimento social. O encontro teve a participação de profissionais ligados ao campo museológico de vários países, inclusive do Brasil. O Chile, presidido por Salvador Allende, em meio às ditaduras de direita na América Latina, sediou a realização dos debates. Esta ocasião legou a Carta de Santiago do Chile, que propõe que os museus passem a estar integrados ao contexto social em que vivem; cientes dos problemas sociais que os cercam. Nos termos da Carta, o museu deve “participar na formação da consciência das comunidades a que se serve; [...] contribuir com o engajamento dessas comunidades na ação” (BRUNO, 2010, p. 43). Assim como em Santiago, outros eventos debateram a responsabilidade dos museus frente às questões de seu tempo, o que levou, por exemplo, à criação do Movimento Internacional por uma Nova Museologia (Minom), no ano de 1985 em Portugal.⁶ Relativamente

-
- 5 A esse respeito, ver: VARINE, Hugues de. O museu comunitário é herético? Publicado no site <<http://www.hugues-devarine.eu/>>. 2005. Disponível em: <<http://redemuseus-memoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/09/museu-comunitario-e-heretico-hugues-de.html>>. Acesso em: 30 maio 2016.
 - 6 Desde a sua fundação, o Minom realiza conferências internacionais com participação da sociedade civil, profissionais, estudantes e pesquisadores. Em 2013, a XV Conferência foi sediada na cidade do Rio de Janeiro, em 2014 em Cuba e em 2016 acontece em agosto na comunidade ribeirinha de Nazaré, em Porto Velho (RO). A esse respeito, consultar Chagas, Assunção e Glass (2014, p. 429).

a esses processos, nas últimas décadas, a memória tem sido cada vez mais utilizada como meio de elaboração de narrativas contra-hegemônicas, repercutindo em museus comunitários, populares, sociais e ecomuseus.

Nesse sentido, a museologia social brasileira pode ser compreendida como herdeira desses movimentos de crítica e proposição de que os museus tratem com centralidade as problemáticas sociais em que a instituição se insere territorialmente ou tematicamente. Análoga à sociomuseologia, como é conhecida e desenvolvida em Portugal, esse movimento não se define a partir de um conceito ou da elaboração de um conjunto normativo de metodologias. Assim como no caso dos ecomuseus, também com a museologia social se admite que suas definições são processuais e transitórias (MOUTINHO, 2014, p. 423). O elemento definidor que nomina essa museologia é a centralidade que as questões sociais têm na vida objetiva das instituições. Elaboram suas narrativas em comunidades tratadas como periféricas e abordam os temas desse cotidiano, debatendo preconceitos, evidenciando lutas, conquistas e valorizando as expressões locais que tem historicamente pouca ressonância nos museus.

Os movimentos de crítica e cisão do campo museológico foram análogos àqueles que levaram o campo do patrimônio a problematizar as categorias que definiam se algo era artisticamente ou historicamente representativo. Em vários países isso se refletiu na adoção da perspectiva antropológica de cultura e da noção de referências culturais (ARANTES, 2010). No Brasil, esse movimento impactou a Constituição Federal de 1988, que se abriu aos direitos culturais e ampliou a noção de patrimônio. O campo museológico teve pouca incidência nesse contexto. Até 2003 apenas por aproximação com o patrimônio se inferia que tipo de serviço os museus deviam prestar, quais memórias seriam privilegiadas e a partir de quais acervos. Só a partir de então parece ter havido condições favoráveis, em

termos de políticas públicas, para atualizar as críticas quanto à capacidade de representação dos museus.⁷

A EMERGÊNCIA DA MUSEOLOGIA SOCIAL NAS POLÍTICAS CULTURAIS

Estando administrativamente ligados ao patrimônio na esfera federal, os museus receberam, muitas vezes, uma atenção secundária em relação ao chamado patrimônio de pedra e cal (FONSECA, 2005). Nas discussões por dentro do campo museológico, a elaboração de uma política específica era tema desde os anos 1970,⁸ o que gerou acúmulo entre os profissionais que participaram da construção da PNM em 2003. Os eixos desse documento foram desenvolvidos por meio da participação ativa de agentes do campo, com a coordenação geral do Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/Iphan). A política compreende os museus como práticas e processos à serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Além disso, afirma que essas instituições devem assumir o compromisso político de uma gestão participativa e contribuir para a “percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005). Essa definição de museu se desdobra em sete princípios que estruturam os compromissos políticos assumidos, dentre os quais se mencionam: o respeito à diversidade cultural do povo brasileiro (3°); estímulo para o desenvolvimento de museus comunitários, ecomuseus e museus locais (5°); e o respeito ao patrimônio de indígenas e quilombolas (7°) (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005, p. 12).

-
- 7 A crítica à capacidade de representação dos museus está presente no campo brasileiro desde pelo menos a década de 1970, refletida nos debates e no desenvolvimento de novas experiências de memória e museologia. A esse respeito, ver Maria Célia T. e Moura Santos (2014, p. 71). O destaque a partir de 2003 diz respeito à uma ação sistemática e de Estado, essa sim inaugural nesse período.
 - 8 O tema foi debatido no Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, na atual Fundação Joaquim Nabuco em Recife, 1975. A esse respeito, consultar: (BRASIL, 1976 apud TOLENTINO, 2013).

Os princípios foram desdobrados em sete eixos programáticos, tomados como indicativos para atividades práticas fundamentais para estruturar uma política do setor. É sintomático que nos eixos, a museologia com de caráter social não esteja desdobrada em uma ação direta e não se mencionem os ecomuseus e os museus comunitários. Essa ausência tem correspondência com um dos pontos fracos dos museus apontados na política: o “desempenho pouco eficaz de sua função social” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005, p. 16). Fica explícito que com pouca experiência de atuação social, conforme indicado no diagnóstico, havia certa dificuldade em visualizar como isso poderia se desdobrar em ações sistemáticas, possíveis de serem desenvolvidas em escala nacional. No texto que refletiu os anseios da PNM em 2003, o museu ideal teve pouca correspondência com os desdobramentos práticos.

Conforme o texto da PNM, para o desenvolvimento da área era fundamental estruturá-la com a participação da sociedade civil, na expectativa de promover museus mais representativos de identidades culturais diversas. Como mais uma evidência de mudança de perspectiva no tocante à Política Nacional, o programa federal que concentrava os investimentos no setor deixou de se chamar “Museu, Memória e Futuro” para ser “Museu, Memória e Cidadania” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005, p. 33). Em síntese, a PNM expressou, entre outras coisas, o desejo de que os museus, de um modo geral, dessem mais atenção às questões sociais.

Em 14 de janeiro de 2009 foi sancionada a Lei n.º 11.904, instituindo o Estatuto de Museus. Trata-se da primeira lei que regula o setor, evidenciando a distribuição de competências entre os governos federal, estadual, distrital e municipal. Além dos aspectos gerais, o Estatuto apresenta diretrizes para a gestão dos museus, impactando diretamente as instituições, por exemplo, pela obrigatoriedade de adoção do plano museológico.⁹ O caráter social dos

.....
9 Com o Estatuto de Museus se estabelece a obrigatoriedade de todos os museus elaborarem seus planos museológicos, definindo em documento público a natureza dos seus serviços, idealmente a partir da escuta à comunidade envolvida com o museu.

museus está colocado no início da Lei, relativamente aos fundamentos da definição de museu. Afirma-se:

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional (BRASIL, 2009).

Como se observa, a base fundamental dos princípios do museu ideal é o cidadão, sua dignidade humana e a capacidade de viver em uma sociedade diversa culturalmente. A valorização e preservação do patrimônio cultural também são a essência dos museus. Mas, é importante perceber, no entanto, que se espera que esses fundamentos estejam a favor da transformação de uma realidade social objetiva, que influa diretamente em melhores condições de vida para o conjunto da sociedade.

Ao dialogar com um setor objetivado nas suas instituições e agentes (museus, associações, cursos de formação, conselhos, sistemas de museus e profissionais) a Lei regula aquilo que é prevalente no campo. Com isso, de um modo geral foi dada maior atenção às necessidades técnicas e de gestão dos museus. O Estatuto não dá conta de regular o nível de atenção que os museus devem dar às questões sociais do presente. Do ponto de vista legal, isso segue a cargo das instituições, ainda que devam ter em conta os princípios da Lei, que dizem respeito diretamente aos direitos humanos. No contexto do desenvolvimento da PNM também em dezembro de 2009 foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), por meio da Lei n.º 11.906. Como autores têm evidenciado (MORAES, 2009; RANGEL, 2010), foi a primeira vez que os museus tiveram sua administração dissociada do campo do patrimônio na esfera

federal. Na estrutura do Ibram, a museologia social inaugurou a correspondência em termos de administração pública, representada por uma coordenação de Museologia Social e Educação e, dentro desta, uma divisão de Museologia Social. A possibilidade de concentrar a atenção nesse aspecto da política museológica ocasionou o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória, um eco efetivo para a dimensão social de que já se falava.

Instituído a partir do Programa Mais Cultura e Cultura Viva do Ministério da Cultura, com inspiração nos pontos de cultura,¹⁰ o Pontos de Memória foi inicialmente um projeto desenvolvido pelo Ibram, fomentado por meio do Ministério da Justiça. Era parte de um conjunto de ações que tinha nesse Ministério sua fonte de cooperação e descentralização, a partir do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci). Firmado um acordo de cooperação com a Organização dos Estados Ibero-Americanos, as atividades foram iniciadas em 2009, com o contato e identificação de grupos que desenvolviam ações de memória social em áreas urbanas de 12 capitais brasileiras.¹¹ Em dezembro de 2009, a partir de reuniões iniciais nesses estados e com a participação de outros grupos que no Brasil já desenvolviam ações de memória, realizou-se em Salvador a primeira Teia da Memória. Inspirada na Teia da Cultura, foi um encontro com representantes destes grupos, agentes do campo museológico e profissionais à serviço do Ibram. Entre grupos de trabalho e palestras, os participantes se conheceram e puderam debater um conjunto de intenções para o desenvolvimento do então projeto.

.....

10 Uma das principais influências para o desenho do Projeto Pontos de Memória foi o Museu da Maré, fundado em 2006 no Rio de Janeiro, reconhecido e premiado enquanto ponto de cultura em 2005. A esse respeito, ver: Vieira (2006).

11 Os pontos de memória iniciais foram: Museu de Favela, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Rio de Janeiro (RJ), Brasilândia; São Paulo (SP), Taquaril, Belo Horizonte (MG); São Pedro, Vitória (ES); Museu de Periferia do Sítio Cercado, Curitiba (PR); Lomba do Pinheiro, Porto Alegre (RS); Estrutural, Brasília (DF); Beiru, Salvador (BA); Coque, Recife (PE); Grande Bom Jardim, Fortaleza (CE); Jacintinho, Maceió (AL) e Terra Firme, em Belém (PA).

Naquele contexto, o acordo realizado previa que o Ibram daria suporte à formação dos pontos de memória e que eles se comprometeriam a desenvolver as ações, a partir de oficinas e reuniões quanto à metodologia. No foco das ocasiões de formação estava a compreensão de que as ações de memória potencializadas poderiam produzir registros importantes sobre a história e a vida desses territórios. A proposta era de que as memórias fossem debatidas, sistematizadas e divulgadas por meio de publicação, exposição, vídeos e outros produtos, conforme a escolha dos grupos. Nesta etapa a formação estava centrada em conteúdos próprios de Museologia, Patrimônio, Memória Social e Diversidade Cultural. Como desdobramento, os pontos de memória foram incentivados a realizar um primeiro inventário participativo. O objetivo era estimular a identificação e o registro das referências culturais locais.¹²

As memórias em questão falavam dos processos de ocupação do território e da organização inicial dos espaços. No decurso do projeto/programa vários dos pontos de memória registraram, na perspectiva da luta e da resistência, as estratégias políticas de organização dos moradores, conforme a narrativa de quem participou desses movimentos. Além da memória de conquista de direitos, os pontos também registraram aspectos culturais estruturantes das relações nos seus territórios, refletidos nos lugares, expressões, saberes, celebrações e outras categorias específicas.

A partir de 2009, os 12 pontos de memória passaram a se organizar internamente, estruturando grupos responsáveis pelo desenvolvimento das ações e da correspondência com o Ibram. Foram realizadas reuniões e oficinas em suas sedes e teias da memória nacionais.¹³ Em termos gerais, observando o panorama que se desenhou

.....

12 O inventário participativo tem influência do Inventário Nacional de Referências Culturais, desenvolvido e utilizado pelo IPHAN no registro do patrimônio imaterial. A esse respeito consultar: IPHAN (2016). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

13 Foram realizadas 04 Teias da Memória: Salvador, 2009; Fortaleza, 2010; Museu da Maré, Rio de Janeiro, 2010; Belém, 2014.

entre os anos 2009 e 2015, os grupos fizeram ou consolidaram pesquisas sobre as referências culturais e históricas das suas localidades, que, além do próprio processo, resultaram em um ou mais produtos de difusão, como exposição, livro, filmes e rodas de memória. Em 2011, foi lançado pelo Ibram o primeiro edital de premiação do Programa Pontos de Memória, alinhado com a museologia social, para o reconhecimento de grupos no Brasil e de comunidade de brasileiros no exterior. A seleção foi repetida em 2012 e em 2014. A premiação a pontos de memória também foi realizada em duas edições no Espírito Santo, em 2015 e 2016, a partir de editais da Secretaria de Cultura do Estado.

Da elaboração conjunta entre Estado e sociedade civil se organizaram redes independentes do poder público, regionais e temáticas, geridas por articuladores locais como instância de interlocução permanente entre os grupos. Um exemplo disso é a Rede Cearense de Museus Comunitários (GOMES; VIEIRA, 2014, p. 389), formada em 2011, reunindo diferentes expressões culturais. Assim como nessa, nas demais se observam grupos que já se relacionavam em torno da memória e do patrimônio cultural antes de 2009, mas que têm na ocasião da interlocução das políticas públicas de museologia social um novo ensejo de articulação. A esse respeito, reunidos em Brasília em 2012, mais de 30 representantes de pontos de memória, ecomuseus e museus comunitários reivindicaram apoio do Instituto para fomentar ainda mais sua organização em redes. A perspectiva era de que as redes possibilitariam uma relação dinâmica nos estados e, ao mesmo tempo favoreceriam o desenvolvimento de um movimento nacional. A organização em rede também tornaria possível a estruturação da participação na gestão do Programa.¹⁴

.....

14 Esse encontro aconteceu em junho de 2012 e resultou no documento chamado de Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas de Museologia Social. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

Com os editais e as redes, o projeto passou a ser tratado como Programa no conjunto das ações do Ibram, diversificando as ações iniciais centradas nos 12 pontos. Durante o 5º Fórum Nacional de Museus (FNM), realizado na cidade de Petrópolis em 2012 representantes de pontos de memória e outros grupos de museologia social submeteram ao Ibram uma solicitação para formalizar a gestão participativa do Programa. Em 2014, durante a IV Teia da Memória, no 6º Fórum Nacional de Museus, contou com a presença de quase 200 correspondentes desta política no Brasil, um comitê foi composto e empossado para que a pretensa gestão participativa fosse iniciada.

Sem pretender alongar as questões quanto ao Programa Pontos de Memória, é importante ter em conta que o Estado não desempenhou com os grupos tudo o que estava previsto, a exemplo de oficinas, disponibilização de instrumentos e metodologias e a efetivação do referido comitê de gestão participativa. São questões que merecem um estudo mais aprofundado, capaz de dimensionar isso à luz das políticas de cultura do mesmo período. É importante notar, no entanto, que em termos gerais, a museologia social passou a ter uma interlocução efetiva com os agentes dessas práticas, assim como já acontecia anteriormente com os museus, por meio de dirigentes e funcionários. A existência do Programa Pontos de Memória certamente atesta que a participação foi fundamental para visibilizar uma perspectiva crítica e atual da representação social nos museus.

O reflexo disso é aparente quando observamos o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), debatido e aprovado no 4º Fórum, em Brasília, exprimindo o planejamento do setor para os anos de 2010 até 2020. Com o tema “Direito à Memória, Direito à Museus”, foi o primeiro FNM com participação coletiva de agentes da museologia social. No texto que apresenta o PNSM, o Ibram afirmou haver avanços nas políticas do setor, cujo foco estava nas novas experiências museais e na centralidade da museologia social (INSTITUTO

BRASILEIRO DE MUSEUS, 2010, p. 12). Para a estruturação do PNSM, os ecomuseus e museus comunitários foram tratados como uma das tipologias de museus, análogos à museus de arte, de história, etnográficos e outros. Reunidos em torno desses grupos os participantes formularam diretrizes, estratégias e ações a partir de temas comuns quanto à gestão, preservação de acervo, educação, economia dos museus, comunicação, exposição e outros.

Na elaboração das diretrizes os agentes identificaram o Estado como principal responsável pelo fomento, ações de formação e auxílio no desenvolvimento de pesquisas com os grupos de museologia social. Afirma-se a memória enquanto um direito, no contexto dos direitos culturais, e assim é esperado que o Estado desenvolva meios de zelar pelo patrimônio dos museus comunitários, ecomuseus e pontos de memória. O texto traduz o desejo de participação integral tanto no desenvolvimento das políticas quanto na gestão local das instituições. Em 2014, a partir de uma metodologia proposta pelo Ibram, o PNSM teve suas metas revistas durante o 6º Fórum em Belém. Comparado com o anterior, o documento de 2014 traz pouca expressão de uma museologia dos grupos autônomos, ainda que se afirme o compromisso dos museus em geral com a sociedade.

A REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO

Em 2008, a partir das conversas entre o Estado e a sociedade civil foram realizadas três reuniões no Rio de Janeiro, envolvendo grupos que atuam na perspectiva da museologia social. Esse ensino foi retomado em outubro de 2013, a partir de uma reunião realizada com o propósito de recolocar a necessidade de organização em rede. Os mais de 30 grupos reunidos concordaram com a proposta, identificando que o formato horizontal poderia favorecer a troca de informação e saberes, o intercâmbio de ações, e o incentivo mútuo para o enfrentamento de desafios. Entre os presentes estavam representantes do Museu do Horto, Ecomuseu Rural

de Barra Alegre, Museu da Maré, Museu de Favela, Museu Sankofa da Rocinha, Museu do Samba, Ecomuseu Nega Vilma, Museu Vivo de São Bento, Ecomuseu da Ilha Grande, Museu da República, Museu de Arqueologia de Itaipu, Sistema Estadual de Museus, além de representantes de pontos de cultura, estudantes e pesquisadores. Uma das questões em destaque naquele contexto era que as ações recém-implementadas a partir do Ministério da Cultura e das Secretarias precisavam constituir políticas de Estado. Planos, programas e sistemas precisavam ser regulamentados, assegurando que as práticas se tornassem compromissos públicos estáveis, que não ficassem ao sabor dos programas de governo. Esse foi um dos temas mais debatidos pela Rede na Teia Estadual de Cultura em dezembro de 2013,¹⁵ chamada de Teia Rural, sediada pelo Ecomuseu Rural de Barra Alegre (BOTELHO; PAOLINO, 2014, p. 307). Durante o encontro, cerca de 15 participantes da Rede debateram seus objetivos e funções, definiram um cronograma de encontros para o semestre e nominaram o coletivo de Remus-RJ.

Desde 2013, a Remus-RJ esteve em interlocução com o Estado, com outras redes e grupos na implementação da política museológica. A exemplo disso, em 2014, na Teia Nacional da Cultura – Teia da Diversidade Cultural realizada em Natal, no Rio Grande do Norte (RN) – juntamente com outros representantes da sociedade civil e gestores da Cultura, a Rede do Rio de Janeiro debateu os rumos do Programa Pontos de Memória. Na ocasião o Ibram foi indagado pela ausência de institucionalização do Programa Pontos de Memória. Meses mais tarde, relativamente a este ocorrido, realizou-se a 4ª Teia da Memória junto com o 6º Fórum Nacional em Belém, que conforme dissemos, elegeu um comitê de gestão participativa do Programa. A Remus integrou este comitê junto com representantes de outras redes, museus comunitários e pontos de memória.

.....
15 Realizado na área rural de Bom Jardim, Região Serrana do Rio de Janeiro, entre os dias 05 a 08 de dezembro, reuniu os pontos de cultura, representantes do poder público e a Rede de Museologia Social.

A institucionalização do Programa Pontos de Memória, no entanto, não avançou. Os mecanismos administrativos responsáveis por validar a gestão não foram finalizados e a participação da sociedade civil, nos museus e nos instrumentos de gestão, ainda não se firmou enquanto política de Estado. À despeito disso, o desenvolvimento da política continua ativo, especialmente na atuação dos grupos e redes.

Nas suas atividades internas, a Remus-RJ vive o cotidiano dos seus grupos. Realizando encontros bimestrais em suas sedes se ocasionam trocas de saberes, compartilhamento de informações, rodas de conversas e oficinas. A valorização da itinerância tem influência da experiência da Rede de Educadores em Museus no Rio de Janeiro, uma das interlocutoras da Remus. Os grupos se visitam na intenção de observar as identidades e singularidades uns dos outros. Os encontros oportunizam debates teóricos e técnicos, a partir da necessidade apontada pelos participantes. Conversa-se, especialmente, a respeito do potencial da memória e dos museus para intervir na manutenção ou transformação de uma realidade social colocada.

Em 2015, a Remus passou a ser articulada a partir de um grupo (representantes dos museus, estudantes e pesquisadores) que realiza reuniões todo mês para dar continuidade aos trabalhos acordados. Assim há um coletivo mínimo que assegura o andamento das ações e a sequência das pautas nas reuniões, que são sempre abertas e divulgadas. Nesse fluxo, a Remus-RJ desenvolveu um plano de trabalho, que será executado em 2017, para incidir em alguns pontos fracos e dar potência à pontos fortes da museologia social no Estado.¹⁶ Há ações voltadas à estruturação dos grupos (formalização da instituição, sede, elaboração de planejamento e captação de recurso); para o desenvolvimento de suas atividades museais (cursos, realização de inventários participativos,

.....
16 A partir desse grupo de trabalho, em 2015 a Remus-RJ também concorreu e foi classificada no edital de Redes do MinC, na categoria Rede Local.

assessoria de museologia) e para a estruturação da Rede (diagnóstico de museologia social no Estado, ações de comunicação). O planejamento contempla ainda a realização de reuniões nos demais estados do sudeste para uma agenda conjunta que incentive e fortaleça a organização de outras redes.¹⁷ O início da execução desse plano de trabalho em 2016 resultou no lançamento da premiação Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, que reconheceu e premiou 09 grupos afins no estado.¹⁸

A Remus-RJ influenciou a criação da Rede SP de Memória e Museologia Social em 2014, realizando oficinas e reuniões conjuntas nos dois estados. Essas, juntamente com a Rede Cearense e a Rede de Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul são exemplos de redes regionais formadas na inteiração recente das políticas culturais. Além dessas, a museologia social também é representada em redes específicas, como a de Museus Indígenas (Ceará) e a Rede LGBT de Memória e Museologia Social (com representantes em vários estados). Os ecomuseus também estão organizados em redes, tendo como um dos articuladores a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (vários estados). Ainda que os fluxos de trabalho dessas redes estejam ainda dissociados, a sua existência amplia a representação da museologia social nas políticas voltadas ao campo. Avalia-se que as redes são um importante braço na realização das políticas públicas, por favorecerem a participação da sociedade no diálogo entre si e com outras instituições. Elas têm sido um espaço de especial interesse para que a museologia social se traduza na permanência dos grupos e no contínuo desenvolvimento de suas práticas, de memória, resistência e museologia.

-
- 17 O plano de trabalho em questão é objeto de emenda parlamentar com execução prevista para os anos de 2016 e 2017, a partir de descentralização de recursos federais, convênio com o IBRAM e gestão da REMUS-RJ em favor da museologia social no estado do Rio de Janeiro.
 - 18 Essa premiação pública foi realizada com recursos financeiros provenientes da Emenda Parlamentar n.º 27770010/2016, fruto da articulação da Remus-RJ, com a execução administrativa do Ibram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos aqui da emergência da museologia social nas políticas públicas de cultura, a partir da relação do Estado com a sociedade civil. Compreende-se que a museologia social tem raízes nas críticas formuladas desde 1960, que, no entanto, produziram pouco impacto à forma geral como os museus se instituem, cuidam dos seus acervos, realizam suas pesquisas e exposições. Distantes da sociedade civil, com funções imprecisas ou apenas relacionadas à fruição, os museus são instituições à serviço de um limitado grupo social, que corresponde à uma elite econômica e intelectual. Organizados de modo vertical os museus representam memórias hegemônicas que hierarquizam as expressões culturais e por isso, não tem comprometimento com a noção de diversidade.

Nos dias atuais, para recolocar os museus diante da crise de representação é preciso compreender que a participação social é um elemento estruturante nesse processo. Conforme os documentos observados, isso deve se refletir nos compromissos dos grupos pela gestão comunitária e na gestão participativa das políticas de estado. As redes foram identificadas pelos agentes como elementos fundamentais para estruturação da museologia social. Conforme se analisa por meio da Remus-RJ, sem sombrear as funções do poder público, as redes são capazes de produzir um efeito multiplicador e aglutinador.

Ao observarmos as ações que decorrem da PNM vemos que a participação é condição para aflorar memórias e patrimônios que representem a diversidade cultural brasileira. A existência de espaços de interlocução entre os grupos e o poder público foi condição para que o ideal de democratização dos museus se traduzisse em uma prática efetiva no Brasil. Tomando em conta o ano de 2003, vão-se quase 13 anos de uma tímida, mas evidente, emergência da museologia social no panorama nacional. Enquanto um movimento com expressão em seus grupos, redes e ações de Estado, essa museologia tem sido uma importante via para pensar os museus na lógica

da diversidade. Parece-nos fundamental produzir reflexão sobre isso, observando se tratar de evento inédito na história das políticas de cultura e de museus no Brasil. Tudo isso reflete a possibilidade de que a função social dessas instituições não se reduza à conclusão tautológica de que elas existem em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, António Augusto. A Salvaguarda do Patrimônio Imaterial no Brasil. In: MATTA Antonio; BARRIO, Ángel Espina; GOMES, Mario Helio. (Org.). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. Recife: Massangana, 2010. p. 52-63. 1 v.
- BOTELHO, Marjorie; PAOLINO, Claudio. Ecomuseu Rural de Barra Alegre preservando o patrimônio presente nas áreas rurais. *CADERNOS DO CEOM*, Museologia Social, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 307-313, dez. 2014.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Editora Zouk, 2007.
- BRASIL. *Lei n.º 11.904*, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF, 14 jan. 2009.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. 2 v. (Mesa Redonda de Santiago do Chile - 1972 - Documento Final).
- CANCLINI, Néstor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: CRIADO, Aguilar Criado. *Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio*. Andalucía: Consejería de Cultura; Junta de Andalucía, 1999. p. 16-33.
- CÉLIA, T. Maria; SANTOS, Moura. Um compromisso social com a museologia. *Museologia social em movimento. CADERNOS DO CEOM*, Museologia Social, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 71-114, dez. 2014.
- CHAGAS, Mario; ASSUNÇÃO Paula; GLASS, Tamara. Museologia social em movimento. *CADERNOS DO CEOM*, Museologia Social, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 429-436, dez. 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC: IPHAN, 2005.

- GOMES, Alexandre; VIEIRA, João Paulo. A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museólogo autônomo. *CADERNOS DO CEOM*, Museologia Social, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 389–414, dez. 2014.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010. 2 v.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020*. Brasília: IBRAM, 2010.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003–2004*. Brasília, 2005.
- MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54–69, 2009.
- MOUTINHO, Mário C. Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. *CADERNOS DO CEOM*, Museologia Social, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 423–427, dez. 2014.
- RANGEL, Marcio Ferreira. Políticas Públicas e Museus no Brasil. In: *MAST COLOQUIA. O caráter político dos museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2010. 12 v.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Org.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 51–74.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. Governança em rede: o caso do sistema brasileiro de museus. *Revista CPC*, São Paulo, n. 16, p. 1–208, maio/out. 2013.
- VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Da memória ao Museu: a experiência da favela da Maré. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 12., 2006, Niterói. *Anais...*, Niterói: ANPUH, 2006. p. 1–9. Disponível em: <<http://rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Antonio%20Carlos%20Pinto%20Vieira.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.